



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 16ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª.
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 3
DE SETEMBRO DE 2024.

Às doze horas do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves (vice-presidente da Comissão e presidente em exercício), realizou-se a 16ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à reunião, além do presidente, os seguintes membros: os deputados Wallber Virgolino e Jutay Meneses (suplente) e as deputadas Camila Toscano e Sílvia Benjamin. Ausentes os deputados Chico Mendes, Eduardo Carneiro e Felipe Leitão. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano", o senhor presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação, publicado oficialmente no dia 2 de setembro de 2024, e lida a ata da 15ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 20 de agosto de 2024. Ato contínuo, o presidente retomou a palavra e colocou a ata em discussão e votação, ocasião em que ela foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos, a deputada secretária, ainda com a palavra, procedeu à leitura



dos dias em pauta, ocasião em que os membros da Comissão apreciaram as seguintes matérias: item A – MATÉRIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012 (REGIMENTO INTERNO). Na ocasião, para fins de registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 1358/2023 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o mês Maio Furta-cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 974/2023; PLO nº. 1894/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui, no âmbito do estado da Paraíba, a semana de conscientização sobre segurança alimentar e nutricional. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.530/2023; PLO nº. 2009/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.852/2024; PLO nº. 2012/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que garante o direito de prioridade de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da rede estadual de educação e dá outras providências. Prejudicado pela Lei nº 11.327/2019; PLO nº. 2060/2024 - DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA - Cria o Programa de Atendimento Especializado em Doença de Parkinson no Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.313/2024; PLO nº. 2091/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas para confecção e emissão de segunda via de documentos de identificação pessoal de mulheres que tenham sofrido violência doméstica, cuja expedição seja atribuição de órgão ou ente público estadual, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 11.391/2019; PLO nº. 2096/2024 - DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Dispõe sobre a devolução integral da taxa de matrícula pelas instituições privadas de ensino superior em caso de desistência do aluno. Matéria prejudicada pela Lei nº 11.297/2019; PLO nº.

2104/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui o Dia da Saúde Mental Materna, denominado "Maio Furta Cor", no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 974/2024; PLO nº 2171/2024 - DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre a criação da taxa de inscrição em concurso e processo seletivo para cargo ou emprego público na administração direta e indireta do Estado da Paraíba, para mulheres vítimas de violência doméstica, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.738/2024; PLO nº. 2258/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)", a insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado, e dá providências correlatas. Matéria prejudicada pela Lei nº 11.014/17; PLO nº. 2282/2024 - DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre a validade indeterminada do laudo médico de síndrome ou doença incurável, degenerativa ou irreversível no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 3.319/2021; PLO nº. 2283/2024 - DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe acerca da incumbência do atendimento preferencial dos órgãos públicos e dos estabelecimentos da rede pública de saúde às pessoas ostomizadas no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 12.413/2022; PLO nº. 2400/2024 - DO DEPUTADO DR. ROMUALDO- Reconhece de Utilidade Pública da Associação Paraibana dos Produtores de Mel da Baía da Traição – PB- PARAIBAMEL. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.282/2024;

item - A.1 MATÉRIAS SUJEITAS A DESPACHO DO PRESIDENTE DA CCJR: Na ocasião, da mesma forma que o item precedente, para fins de registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 2007/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Autoriza a criação do Programa Escola da Construção Civil, e dá outras providências. Item B – MATÉRIAS QUE DISPENSAM DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: Na





As matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, ocasião em que a deputada Camila Toscano foi designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias. O parecer, que contemplou todas as matérias do item, foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PLO nº. 2753/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Declara de Utilidade Pública Estadual a Congregação Espírita de Cultos Afro Brasileiro da Paraíba (CECABPB), no Estado da Paraíba; PLO nº. 2768/2024 - DO DEPUTADO BRANCO MENDES - Reconhece de Utilidade Pública o Núcleo de Integração Rural (NIR), da comunidade - Logradouro, localizado no município de Aguiar; PLO nº. 2774/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que reconhece como utilidade pública estadual a associação "Mãe de Pentecostes". Item C – VETOS. Veto nº 85/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total ao Projeto de Lei nº 761/2023, de autoria do Deputado George Morais, que "Instituí a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de Pequeno Porte no Estado da Paraíba e de outras providências". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Veto nº 106/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total ao Projeto de Lei nº 4.095/2022 de autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor paraibano em relação às práticas abusivas por parte de prestadoras de serviços de telecomunicações". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi

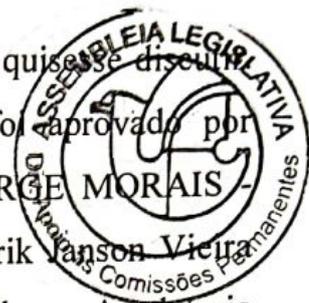
colocado em votação, o qual foi rejeitado por maioria, como os votos divergentes dos deputados Wallber Virgolino e Jutay Meneses e a da deputada Camila Toscano. Lavrado o Parecer pela rejeição do veto, que teve por relator o deputado Wallber Virgolino. Veto nº. 110/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 974/2019 de autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo e fomento às feiras livres de produtos orgânicos no estado da Paraíba". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos deputados del Wallber Virgolino e Camila Toscano. Veto nº. 111/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.507/2023 de autoria do Deputado Wilson Filho, que "Veda no âmbito do estado da Paraíba a divulgação por influenciadores digitais de jogos comercializados por plataformas estrangeiras". A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 113/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 672/2023 de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui no âmbito do Estado da Paraíba o Estatuto da Pessoa com Obesidade, de promoção à inclusão, proteção à saúde e a direitos, tratamento adequado, combate ao bullying, assistência social e trabalho". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado





em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 119/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 545/2023 de autoria do Deputado Branco Mendes, que "Institui o "Selo Empresa Amiga do Ciclista", no Estado da Paraíba, e dá outras providências". A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado del Wallber Virgolino. Veto nº. 119/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, de autoria do Governador do Estado, que "Altera dispositivos na Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba e dá outras providências". A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por maioria, com voto divergente da deputada Camila Toscano. Item D – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA. D.1 – PROJETOS DE LEI QUE CONCEDEM TÍTULO DE CIDADANIA PARAIBANA: PLO nº. 2719/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Concede o Título de Cidadã Paraibana, a Senhora Maria dos Anjos Mendes Gomes, a mestra D'Oci, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer

foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 2770/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Advogado Dr. Erik Janson Vieira Monteiro Marinho, pelos serviços prestados à sociedade paraibana. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. D.2 – PROJETOS DE LEI QUE INSTITUEM DIA ESTADUAL: PLO nº. 2019/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui o “Selo Elas à Frente Paraíba”, âmbito do Estado da Paraíba e dá providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2025/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui o Dia Estadual de Eficiência Energética, âmbito do Estado da Paraíba e dá providências. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. D.3 – PROJETOS DE LEI QUE INCLUEM EVENTOS NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO: PLO nº. 2636/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado da Paraíba o dia do motorista de aplicativo. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o





adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2699/2024 - DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO - Inclui a Semana Cultural Judaica no calendário oficial de eventos do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2760/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Violência contra a Advocacia, no Calendário Oficial do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. D.4 – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA N°s: PLO nº. 1778/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Dispõe sobre a implantação de ciclovias às margens das rodovias, nos trechos em que cortem áreas urbanas, e dá outras providências. Projeto retirado de pauta; PLO nº. 1830/2024 - DO DEPUTADO LINDOLFO PIRES - Regulamenta a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse



discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1832/2024 - DO DEPUTADO ALEXANDRE DE ZEZE - Declara como Patrimônio Cultural e Material do Estado da Paraíba o Pico do Yayu, situado no Município de Santa Luzia, Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1834/2024 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Institui o Programa de Apoio aos Obesos Mórbidos no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Wallber Virgolino; PLO nº. 1838/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui a Política Estadual de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela iniciativa pública e privada. Projeto retirado de pauta; PLO nº. 1842/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Institui a política estadual de linguagem simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1860/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou burnout relacionado à



maternidade, no âmbito do estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1861/2024 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Dispõe sobre a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar na rede pública e privada do Estado, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1866/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Reconhece como Patrimônio Cultural e Imaterial a Feira Livre da Cidade de Solânea, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1870/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Declara a Serra do Saco, situado no Município do Serra Branca, como patrimônio cultural, turístico e imaterial do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1881/2024 - DO DEPUTADO BRANCO MENDES -



Dispõe sobre instituição da política estadual de incentivo à criação de consórcios intermunicipais agropecuários, no estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1889/2024 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Denomina de Josenilton Balduino de Brito, “Boré”, o ginásio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ezequiel Fernandes, no município de Junco do Seridó – PB. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1893/2024 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Dispõe sobre a instituição da política estadual de prevenção e atenção à obesidade infantojuvenil no estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1897/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de corrimão em elevadores acessíveis e adequados para utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, no âmbito do Estado da Paraíba. Pedido de vistas concedido ao deputado Jutay Meneses; PLO nº. 1898/2024 – DO DEPUTADO



ADRIANO CARDINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros acessíveis e adequados para utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, no âmbito do Estado da Paraíba. Pedido de vistas concedido ao deputado Jutay Meneses; PLO nº. 1903/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que estabelece diretrizes para capacitação de profissionais de segurança pública em matérias relativas à violência contra mulher no ambiente virtual no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1934/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Cria a Política de Negociação Especial de Dívidas da Pessoa Idosa no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1953/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Reconhece como Patrimônio Cultural e Imaterial a Festa de João Pedro da Cidade de Várzea, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1979/2024 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Institui diretrizes para a Política de



Atenção à Saúde Mental Materna no âmbito da Paraíba e das outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1980/2024 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba a Campanha do Agasalho no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2063/2024 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - Regulamenta a comercialização de nitrito de sódio no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2197/2024 – DA DEPUTADA FRANCISCA MOTA - Dispõe sobre a utilização das mídias sociais nas estratégias de divulgação dos atrativos turísticos do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2251/2024 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - INSTITUI O “DIA DE



CONSCIENTIZAÇÃO DA HIPERTENSÃO PULMONAR”. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2265/2024 – DO DEPUTADO TACIANO DINIZ - Torna obrigatória a instalação de salas de amamentação nas escolas e creches do estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2289/2024 - DA DEPUTADA FRANCISCA MOTA - Dispõe sobre o reconhecimento de relevância educacional da robótica e como esporte de competição no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2416/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre a promoção da acessibilidade no ecoturismo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por



unanimidade; PLO nº. 2457/2024 – DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre a vedação da concessão de benefícios fiscais e tributários às pessoas e entidades incursas na Lei nº 7.716/89, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2503/2024 – DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre a institucionalização da política de reinserção no mercado de trabalho, das vítimas de trabalho forçado no Estado da Paraíba, na perspectiva da alínea c, inc. XLVII, art. 5º da CF, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2536/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Denomina de José Heitor Souza Mangueira a Nova Escola do bairro Nossa Senhora de Fátima, localizada no município de Conceição – PB. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2751/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o Título “Aluno Destaque”, destinado ao incentivo e motivação à classe estudantil da rede pública Estadual e dá outras providências; A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela

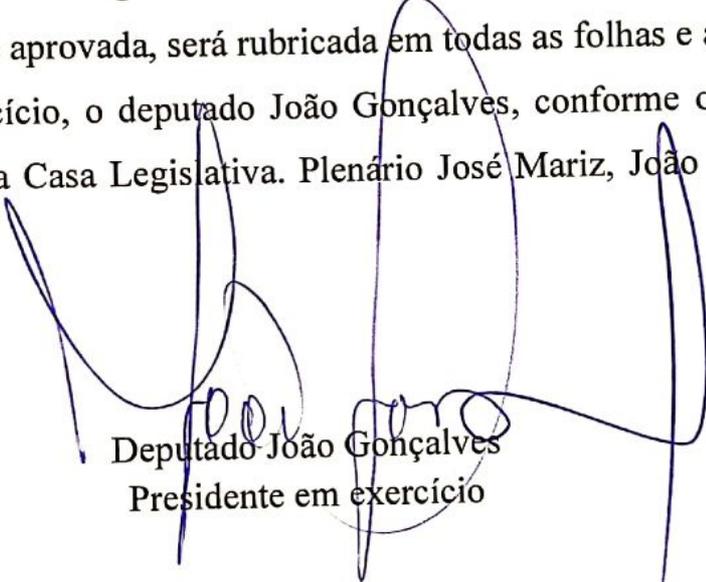


consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2828/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a Campanha “Amigo da Natureza” que dispõe sobre medidas de preservação do meio ambiente e de educação ambiental por meio do plantio coletivo de mudas de árvores nativas. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2.241/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui o Programa “Não Se Cale”, como protocolo de conduta para espaços públicos e privados de lazer, em situações de agressão sexual, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2763/2024 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Denomina de Dr. Ivanildo Moraes de Medeiros a Delegacia de Polícia Civil de Ingá – PB. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item E - PROJETOS DE RESOLUÇÃO. Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, e a deputada Camila Toscano foi



designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias, com exceção do PRE nº. 257/2024 – DO DEPUTADO TOVAR CORREIA, que foi retirado de pauta. O parecer, que contemplou todas as matérias do item, foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PRE nº. 230/2024 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Concede a Medalha Governador Antônio Mariz ao Sr. Marcus Vinicius Braga de Farias pelos Relevantes e Valorosos Serviços Prestados ao Estado da Paraíba; PRE nº. 245/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Fica concedida a Medalha Epitácio Pessoa ao Dr. André Pacelli Bezerra Viana, pelas suas ações reconhecidamente meritórias e protagonismos nas ações de desenvolvimento da Paraíba; PRE nº. 246/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Fica concedida a Medalha de Mérito Empresarial José Paiva Gadelha ao empresário Sebastião Fernandes de Oliveira, em razão dos relevantes serviços prestados para o desenvolvimento empresarial do Estado da Paraíba; PRE nº. 249/2024 – DA DEPUTADA DR^a PAULA - Dispõe sobre a concessão da medalha de honra ao mérito legislativo "Senador Humberto Lucena" ao Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho; PRE nº. 251/2024 - DA DEPUTADA LUCINHA LIMA - Dispõe sobre a Concessão da Medalha de Mérito Jurídico Tarcísio de Miranda Burity, a Advogada Christiane Sarmento Braga; PRE nº. 255/2024 - DO DEPUTADO CHICO MENDES - Dispõe sobre a concessão da medalha Padre Inácio de Sousa Rolim – Padre Rolim, à Senhora Angelina Barboza de Souza (in memoriam); PRE nº. 258/2024 – DA DEPUTADA DANIELLE RODRIGUES - Dispõe sobre a concessão da "Medalha Epitácio Pessoa", ao Senhor Fábio Brito Ferreira, e dá outras providências; PRE nº. 259/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO E MESA DIRETORA - Concede a Medalha de Honra ao Mérito Legislativo Senador Humberto Lucena à empresa Medow Entretenimento e Cultura e ao empresário Jomário Gomes de Souto, pelos relevantes serviços prestados ao

Estado da Paraíba; PRE nº. 261/2024 – DO DEPUTADO FELIPE LEITÃO - Dispõe sobre a concessão da “Medalha Epitácio Pessoa”, ao Senhor Laylton Raffael Lima Lima de Aquino, e dá outras providências; PRE nº. 268/2024 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO E MESA DIRETORA - Concede a Medalha Epitácio Pessoa ao ex-senador, Ney Robinson Suassuna, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba e 273/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Dispõe sobre a concessão da Medalha Epitácio Pessoa a Sra. Geralda Sarraf. Fim das matérias e das apreciações. Não havendo mais nada a ser deliberado, o presidente deu por encerrada a reunião. Lavrou a ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente em exercício, o deputado João Gonçalves, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 3 de setembro de 2024.


Deputado João Gonçalves
Presidente em exercício